

N.F. Nº - 206892.0009/20-4
NOTIFICADO - UNIÃO ATACADISTA DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO LTDA.
NOTIFICANTE - MAURÍCIO JOSÉ COSTA FERREIRA
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 13/03/2023

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0034-02/23NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. APURAÇÃO DE DIFERENÇA NA ENTRADA E NA SAÍDA. EXIGÊNCIA DIFERENÇA MAIOR EXPRESSÃO MONETÁRIA. OMISSÃO DE ENTRADAS. PRESUNÇÃO DE OMISSÃO DE SAÍDAS. A Notificada trouxe aos autos elementos probatórios, os quais acatados em sua íntegra pelo Notificante conseguiram elidir em sua grande maioria a imputação lhe ofertada de ter deixado de contabilizar as entradas. Infração parcialmente subsistente Notificação Fiscal **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **no Modelo Fiscalização de Estabelecimento**, lavrada em **28/09/2020** exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$4.252,89 mais multa de 100%, equivalente a R\$ 4.252,89 e acréscimo moratório no valor de R\$1.565,06 perfazendo um total de R\$10.070,84 em decorrência do cometimento de uma única infração cujo o período apuratório se fez nos meses do exercício de 2015 (01/10 a 31/12):

Infração 01 – 04.05.05: Falta de recolhimento do ICMS **constatado pela apuração de diferenças** tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo **exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária das operações de entrada** com base na presunção legal de que o sujeito passivo, **ao deixar de contabilizar as entradas**, efetuou o pagamento dessas entradas com **recursos provenientes de operações de saídas** de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício.

Enquadramento Legal: artigo 4º, § 4º, inciso IV; art. 23-A da Lei 7.014/96 c/c art. 13, inciso II da Portaria de nº 445/98. Multa tipificada no art. 42, inciso III da Lei 7.014/96.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de seu representante, manifestando impugnação apensada aos autos (fl. 06), protocolizada na SAT/DAT METRO CPAF na data de 26/10/2020 (fl. 15).

Em seu arrazoado, a Notificada proferiu que vem através desta, apresentar relatórios justificativos que contestam o procedimento fiscal de levantamento analítico de Estoque, onde foram encontradas omissões no exercício de 2015, através da equação que leva em conta o Estoque Inicial, acrescido das Entradas e reduzido das Saídas, em confronto com o saldo do inventário declarado pela Notificada, donde acrescentou que os relatórios apresentados tem como objetivo de justificar as diferenças encontradas pela fiscalização, bem como assumir os itens que realmente tiveram omissões, estas que não aconteceram por má fé, mas por erros em algum momento do operacional.

Acrescentou que no exercício de 2015 foi fiscalizado o último trimestre (01/10 a 31/12), e foram levantadas omissões em todos os itens comercializados. Essas omissões ocorreram porque **não foram consideradas as quantidades iniciais em 01/10**, já que a empresa informa os inventários iniciais apenas no mês 02 “Fevereiro” de cada ano. Se forem consideradas as quantidades iniciais em 01/10 que apresentamos nos relatórios em anexo, as omissões deixarão de ocorrer.

Finalizou, pelo exposto, pedimos, através deste processo administrativo fiscal, **considerar as justificativas apontadas**, para que desta forma fique esclarecido o equívoco gerado no processamento que gerou as omissões, e assim possa anular a notificação.

O Notificante prestou Informação Fiscal à folha 12 onde explanou que a Notificada alegou que no exercício de 2015, cujo período fiscalizado abrangeu o último trimestre (01/10 a 31/12) foram levantadas omissões que de fato não existiram se houvesse sido considerado os saldos de estoque existentes em 01/10 (Estoque Inicial), já que estes não constavam nas EFDs do período fiscalizado, pois a empresa apenas informa os inventários iniciais apenas no dia 02 de fevereiro de cada ano.

Defendeu que para fazer prova e solicitar revisão do quanto alegado, a Notificada apresentou relatório anexo (via mídia digital), com elementos que atesta o que declara.

O Notificante consignou que de fato assiste razão à Notificada, uma vez que os arquivos das EFDs fornecidos em correlato à Ordem de Serviço emitida pela repartição, apenas observou os elementos de 01/10/2015 a 31/12/2015, **não sendo possível contemplar o saldo de estoque existente no dia 01/10/2015**.

Tratou que se **baseando nos dados apresentados pela Notificada**, refez-se o levantamento, tendo sido apurada as seguintes diferenças:

ANO	COD_ITEM	DESCRICAO	UND	QTD_INI	QTD_ENT	QTD_SAI	QTD_FIN	QTD_OMIS_E	QTD_OMIS_S	Valor Unit
2015	157	REFORCADOR CAIXA 20KG SUPREMA	CX	8,00	115,00	105,00	19,00	-1,00	0,00	99,55
2015	212	NOTA FISCAL COMPLEMENTAR	UN	0,00	0,00	3,00	0,00	-3,00	0,00	
2015	241	ACUCAR CRISTAL - SACO 50KG	UN	215,00	1.910,00	2.009,00	120,00	-4,00	0,00	480,00
2015	243	MANTEIGA TOURINHO EM POTE 200 G	UN	0,00	1.752,00	1.752,00	24,00	-24,00	0,00	216,00
2015	260	GERGELIM INDIANO BRANCO 1KG FARDO 10UN	FD	0,00	0,00	5,00	0,00	-5,00	0,00	
2015	275	UVA PASSAS PRETA S/S 10KG NATURAL FOOD	CX	0,00	20,00	22,00	0,00	-2,00	0,00	
2015	39	FERM. BIO. INST. SAF - INSTANT C/ 20X500G-MD	CX	234,00	3.231,00	3.416,00	51,00	-2,00	0,00	88,00
									SUBTOTAL	883,55
									PROPORCIONALIDADE APLICADA	55,4%
								04.05.05	TOTAL OMISSÃO DE ENTRADAS	489,84
								04.05.09	SUBS TRIBUTÁRIA	59,62
								04.05.08	ICMS NORMAL PROD SUBSTITUÍDOS	4,24

Finalizou, ante o exposto, restando demonstrada a parcial pertinência das alegações apresentadas pela defesa, entende-se que a Notificação Fiscal seja apenas parcialmente procedente, permanecendo o montante de R\$489,84.

Verifiquei que à Notificada não fora dada ciência do refazimento do demonstrativo pelo Notificante, entretanto, conforme disposto pelo próprio, **todas as argumentações trazidas** pela Notificada foram acolhidas, assim sendo, consoante ao que dispõe o § 8º, do art. 127 do RPAF/99, é dispensada a ciência da Notificada uma vez que o refazimento dos demonstrativos fora em função de argumentos e provas apresentados.

Pautada a Notificação Fiscal, em sessão no dia 26/05/2022, após leitura do relatório os Conselheiros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal, entenderam, por unanimidade, da necessidade de se converter a Notificação Fiscal em diligência à INFAZ de origem, em detrimento dos corolários do devido processo legal da ampla defesa e do contraditório, no sentido de que a Notificada se pronunciasse a respeito do resultado apresentado pelo Notificante através da Informação Fiscal de fls. 12 e 13.

A Notificada fora intimada através do DT-e na data de 06/07/2022, tendo tido ciência e leitura na data de 08/07/2022 e ficou-se em silêncio sem manifestação (fl. 22).

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, no Modelo Fiscalização de Estabelecimento, lavrada em

28/09/2020 exige da Notificada ICMS no valor histórico de R\$4.252,89 mais multa de 100%, equivalente a R\$4.252,89 e acréscimo moratório no valor de R\$1.565,06 perfazendo um total de R\$10.070,84 em decorrência do cometimento da infração (04.05.05) da falta de recolhimento do ICMS **constatado pela apuração de diferenças** tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo **exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária das operações de entrada** com base na presunção legal de que o sujeito passivo, **ao deixar de contabilizar as entradas**, efetuou o pagamento dessas entradas com **recursos provenientes de operações de saídas** de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas nos meses do exercício de 2015, especificamente no trimestre compreendido entre 01/10 a 31/12/2015.

O enquadramento legal utilizado baseou-se no artigo 4º, § 4º, inciso IV; art. 23-A da Lei 7.014/96 c/c **art. 13, inciso II da Portaria de nº 445/98** e multa tipificada no art. 42, inciso III da Lei 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi verificada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade.

Em síntese apertada, a Notificada consignou que foi fiscalizado o último trimestre (01/10 a 31/12) do exercício de 2015, e que as omissões encontradas ocorreram porque não foram consideradas as **quantidades iniciais em 01/10**, sendo consideradas as quantidades iniciais em 01/10 apresentadas em relatório as omissões deixarão de ocorrer, ressaltando que a Notificada apresenta os inventários iniciais apenas no mês 02 “**Fevereiro**” de cada ano, conforme legislação. Acrescentou que os itens que realmente tiveram omissões não ocorreram por má fé, mas por erros em algum momento do operacional.

Em apanhado da Informação Fiscal, o Notificante enfatizou-se que após análise, assistiu-se razão à Notificada, uma vez que os arquivos das EFDs fornecidos em correlato à Ordem de Serviço emitida pela repartição, apenas contempla os elementos de 01/10/2015 a 31/12/2015, **não sendo possível contemplar o saldo de estoque existente no dia 01/10/2015**, e baseando-se nos dados apresentados pela Notificada refez-se o lançamento.

Analisando os fatos constantes nestes autos, verifiquei, que a lide desta notificação se abreviou em relação ao exercício de 2015, especificamente em relação ao último trimestre, amparada em sua lavratura no artigo 4º, § 4º inciso IV e do art. 23-A, inciso II, da Lei nº 7.014/96, presumindo-se a ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto quando registra-se entradas de mercadorias ou bens não registradas, sendo sua base de cálculo efetuado através do levantamento quantitativo de estoque, alicerçado pelo art. 13, inciso II da Portaria de nº 445/98, **que recomenda para os casos da existência tanto de omissão de entradas como de saídas de mercadorias**, donde o valor da omissão de **entradas é maior do que a omissão de saída** o imposto a ser exigido estabelece-se aos moldes das alíneas “a, b e c” do citado artigo 13.

Ademais, o imposto a ser exigido consubstanciar-se aos procedimentos a serem adotados definidos na Instrução Normativa SAT de nº 56/2007, que estabelece quando constatada a omissão de receita poderão ser excluídos da base de cálculo do ICMS lançado de ofício os valores correspondentes às operações isentas, não tributadas e/ou sujeitas à antecipação ou substituição tributária, desde que o contribuinte comprove dados que esclareçam tal omissão, que possibilitem **o cálculo da proporcionalidade** (Planilha 06) admitida nos termos do item 1 desta instrução.

Nesta seara, tendo-se em vista que o roteiro de fiscalização da Auditoria de Estoques aplicado pelo Notificante (Audif – 207) o qual compreendeu o período de 01/10/2015 a 31/12/2015, considerou-se o estabelecido àquele **para se apurar indício** donde se faz levando-se em conta o período de um a três meses aplicando-se a fórmula $Ei = Ef + Entradas - Saídas$,

adotando-se o **Ei = zero**, o Notificante obteve, desta feita, a omissão de saída/entrada (Planilha 01 e 02.pdf) conforme demonstrativos disponibilizados à Notificada em Planilhas (nomeadas de 01 a 17 em arquivo pdf – Fonte: Escrituração Fiscal Digital - EFD) imputados à Notificada.

Neste deslinde, a Notificada trouxe aos autos (Mídia CD fl. 10) informações e argumentações, as quais demonstraram ao Notificante que **ao se atribuir os valores de Estoque Inicial** no período auditado, resta-se à lide poucos itens, **os quais confessos**, sem má fé, constarem omitidos, que revistos pelo Notificante restaram-se acordados nos diminutos ao valor remanescente em **R\$489,84**, do valor original lançado de **R\$4.252,89**, conforme demonstrativo refeito pelo Notificante.

Isto posto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **206892.0009/20-4**, lavrada contra **UNIÃO ATACADISTA DE PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado a notificada para efetuar o pagamento de imposto no valor de **R\$489,84**, acrescido da multa de 100% prevista no art. 42, inciso III da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 28 de fevereiro de 2023

JORGE INÁCIO DE AQUINO - PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS - JULGADOR